

# UMA NOVA SOCIALIZAÇÃO? A POLÍTICA EDUCACIONAL DA DITADURA CIVIL-MILITAR EM GOIÁS

## ONE NEW SOCIABILITY? A POLITICAL EDUCATION VIEW OF DICTATORIALSHIP MILITARY IN GOIÁS (BRAZIL)

**Alessandro de Assis Pinto Aguiar**

Mestrando em História pela PUC Goiás

[alessandro.letas@live.com](mailto:alessandro.letas@live.com)

**Eduardo Gusmão Quadros**

Doutor em História pela UnB (2005), professor da PUC Goiás e da UEG

[eduardo.hgs@hotmail.com](mailto:eduardo.hgs@hotmail.com)

### Resumo

Este artigo apresenta o campo educacional dentro dos quadros de um novo regime de governabilidade iniciado com o regime militar em abril de 1964. Enfoca, de modo mais específico, a conjuntura do estado de Goiás durante a década de sessenta e setenta, busca compreender as transformações da política educacional.

**Palavras-chave:** Educação; Regime Militar; Sociabilidade

### Abstract

This article presents the educational field within the tables of a new governmentability scheme started with military regim in 1964. Focuses on, specifically, the situation of State of Goiás during the 1960's and 1970's, search understand the transformations of educational policy in this period.

**Keywords:** Education; Military regim; Sociability

## Introdução

[...] as pessoas que governam, a prática de governo são, por um lado, práticas múltiplas, na medida em que muita gente pode governar: o pai de família, o superior do convento, o pedagogo e o professor em relação à criança e ao discípulo. Existem portanto muitos governos, em relação aos quais o do príncipe governando seu Estado é apenas uma modalidade.  
Michel Foucault<sup>1</sup>

Quando o pesquisador tem o olhar situado em dois decênios relevantes na História de Goiás, e sua estrela polar a Educação, encontra uma série de elementos noutros domínios científicos especialmente as ciências da linguagem da educação. Neste percurso, percebe numa visão panorâmica e sintética dos eventos de diferentes grandezas, além dos limites temporais por abranger não só governos militares presentes nos países latino-americanos, não só formas de representação e imaginário, mas aspectos jurídicos e sociológicos. Como nos ensina Durkheim:

A educação consiste em uma socialização metódica das novas gerações. Em cada um de nós, pode-se dizer, existem dois seres que, embora sejam inseparáveis – a não ser por abstração -, não deixam de ser distintos. Um é composto de todos os estados mentais que dizem respeito apenas a nós mesmos e aos acontecimentos da nossa vida pessoal: é o que se poderia chamar de ser individual. O outro é um sistema de ideias, sentimentos e hábitos que exprimem em nós não a nossa personalidade, mas sim o grupo ou os grupos diferentes dos quais fazemos parte; tais como as crenças religiosas, as crenças e práticas morais, as tradições nacionais ou profissionais e as opiniões coletivas de todo tipo. Este conjunto forma o ser social. Constituir este ser em cada um de nós é o objetivo da educação<sup>2</sup>.

Sabedouro da vinculação que todos os ramos do saber mantêm entre si, urge ponderar que constituiria grave erro pensar na existência de uma conjuntura que promova separações radicais entre o econômico, o político e o pedagógico. Com tal preocupação sobre a realidade histórica, procuramos percorrer neste artigo as evidências acerca das alterações ocorridas na realidade social contidas em uma tendência nacional com reflexos regionais.

---

<sup>1</sup> FOUCAUT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 2011.

<sup>2</sup> DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Vozes, 2012, p.42.

Desejamos, primordialmente, assinalar registros fundamentais que não são resolvidos inteiramente nos melindres da Educação, mas fora dela. São considerações de ordem histórica, política e sociológica, que envolvem os atores sociais.

## 2. Contexto ditatorial: aspectos sociais, econômicos e políticos

No final da década de sessenta, o continente sul-americano assistiu acontecimentos que atingiram sociedades inteiras. Referimo-nos à duração dos regimes militares implantados a partir de 1964 em alguns países da América do Sul: Brasil – 21 anos (1964-1985); Peru – 12 anos (1968-1980); Uruguai – 11 anos (1973-1984); Chile – 17 anos (1973-1990); Argentina – 17 anos (1966-1983)<sup>3</sup>. Ora, de forma particular e isolada, esses acontecimentos perpassaram ideais, abrangeram domínios econômicos, geopolíticos, militares e educacionais.

São esses traços gerais, manifestos em formas de representação e imaginário<sup>4</sup> coletivo, que ocorreram nítidas alterações nas escolas e no desenvolvimento das cidades. Mudanças significativas também foram percebidas no direcionamento de recursos em áreas da produção nacional que ampliaram o papel da educação<sup>5</sup> na condução e determinação do futuro social no cenário brasileiro. Nessa conjuntura, Maria I. Souza observa que:

O tratamento dado ao setor educacional nos diversos planos de governo, a partir de 1964 está estreitamente vinculado a imperativos de ordem política, como acontece, aliás, em todo o planejamento social. Isso significa que o espaço reservado a educação no planejamento global vai depender da sua maior ou menor importância política para a execução dos objetivos governamentais. Mas não se trata apenas de uma consideração de ordem quantitativa de importância, pois as ideias refletidas nesses planos também podem nos proporcionar a visão ou representação dos setores dirigentes acerca da educação e suas conotações políticas<sup>6</sup>.

---

<sup>3</sup>GERMANO, José Willington. *Estado militar e Educação no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

<sup>4</sup>Baczko aponta: Os antropólogos e os sociólogos, os historiadores e os psicólogos começaram a reconhecer, senão a descobrir, as funções múltiplas e complexas que competem ao imaginário na vida coletiva e, em especial, no exercício do poder. As ciências humanas punham em destaque o fato de qualquer poder, designadamente político, se rodear de representações coletivas. Para tal poder, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico. BACZKO, Bronislaw. *A imaginação social*. In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p.297.

<sup>5</sup>Durkheim indica: Uma vez que a educação é uma função do Estado este não pode se desinteressar dela. Pelo contrário, tudo o que é concernente à educação deve ser, em certa medida, submetido à sua ação. DURKHEIM, Émile. Op. Cit., p.63.

<sup>6</sup>SOUZA, Maria Inês de. *Os empresários e a educação*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981, p.111.

Seixos de graves rupturas nas relações econômicas com modificações nas articulações e mecanismos estatais delinearam o papel da escola na formação da sociedade através de redefinições nos espaços políticos, sociais e nas organizações de classe e órgãos do governo.

No Brasil, houve a ação direta da elite orgânica empresarial<sup>7</sup>, via transmissão de valores que contribuíram com o direcionamento de normas jurídicas e reformas administrativas encetando à modernização do aparelho estatal. Conforme Dreifuss:

As táticas da elite orgânica compreendiam atividades que objetivavam efeitos a longo prazo na orientação global das perspectivas sociais, econômicas e político-militares, até táticas defensivas planejadas objetivando ganhar tempo suficiente para a ação estratégica política e militar lograr efeito. Duas modalidades de ação devem ser consideradas: ação ideológica e social; e ação político militar. As atividades ideológicas e sociais combinadas da elite orgânica consistiam em doutrinação geral e doutrinação específica, ambas coordenadas com atividades político-ideológicas mais amplas no Congresso, sindicatos, movimento estudantil e clero<sup>8</sup>.

Seguindo nessa mesma linha, estiveram presentes o engenho de instituições nacionais que atuaram no campo da pesquisa e influência filosófica dentre as quais cabe destacar a Escola Superior de Guerra<sup>9</sup>. Segundo Skidmore:

Da doutrina ali ensinada constava a teoria da ‘guerra interna’. Segundo essa teoria, a principal ameaça vinha não da invasão externa, mas dos sindicatos trabalhistas de esquerda, dos intelectuais, das organizações de trabalhadores rurais, do clero e dos estudantes e professores universitários. Todas essas categorias representavam sérias ameaças para o país e por isso teriam que ser todas elas neutralizadas ou extirpadas através de ações decisivas<sup>10</sup>.

---

<sup>7</sup>A ação da elite orgânica empresarial deve ser considerada como a praxe de um bloco burguês de poder, premeditada e cuidadosamente amadurecida durante vários anos. Trazendo à tona a dimensão orgânica e envolvidas (situação, posição e ação de classe), pode-se perceber e revelar a evidencia histórica do emergente bloco de poder multinacional associado forjando a sua própria forma de Estado. O que ocorreu em abril de 1964 não foi um golpe militar conspirativo, mas sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD. Tal campanha culminou em abril de 1964 com a ação militar, que se fez necessária para derrubar o Executivo e conter daí para frente a participação das massas. DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981, p.230.

<sup>8</sup>Ibidem, p.231.

<sup>9</sup>No Brasil a ESG já era um centro altamente influente de estudos políticos através de seus cursos de um ano de duração frequentado por igual número de civis e militares destacados em suas áreas e atividade.

<sup>10</sup>SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.22.

Neste capítulo temos na Educação o centro de gravidade deste estudo com viés no Estado de Goiás em uma conjuntura de reestruturações e alterações sociais ocorridas no período de 1964-1974.

### 3. Goiás e o Golpe Militar

Na esteira da modernização e urbanização ocorrida nas décadas de 50, com vetor na criação do Distrito Federal em 1960, a região Centro-Oeste recebeu intenso fluxo migratório proveniente do Leste e Nordeste do país. Este fato muito relacionado à expansão agrícola da rede viária e abertura de vagas de trabalho oriundas da construção da nova sede administrativa do governo federal, transferida para o estado de Goiás.

O cenário brasileiro na década de sessenta remonta um mosaico de peças talhadas e juntadas sob intensa repressão, censuras<sup>11</sup> e eufemismo. Nesse processo, observa Carlos Fico, “a censura da imprensa acompanhou o auge da repressão – quando se pensa em cassações de mandatos parlamentares, suspensões de direitos políticos, prisões, torturas e assassinatos políticos – que se verificou entre finais dos anos 60 e início dos anos 70”<sup>12</sup>.

Nesse mesmo período, a educação<sup>13</sup> foi uma pedra angular em torno da qual sobrevieram intensas discussões, envolvendo diversas esferas da sociedade, cujo meridiano central foi a regulamentação de todos os níveis do ensino através da instituição da Lei de Diretrizes e Bases para ensino primário, ciclo ginásial, ciclo colegial e ensino superior. Conforme Moacyr Góes:

A mais longa discussão da questão da educação em nível nacional que já ocorreu neste país foi o debate sobre a Lei de Diretrizes e Bases. Começou em 1948, quando já se discutia o Projeto Mariani; incendiou-se a questão com o Substitutivo Lacerda; não se concluiu a polêmica com a promulgação da lei 4.024 em dezembro de 1961. O debate assumiu um papel questionador até 1964, quando ocorreu, com o golpe de Estado, o verdadeiro ‘cala boca’ nacional. A grande confrontação, na discussão da LDB, estabeleceu-se entre

---

<sup>11</sup>Não houve uma censura durante o regime militar, mas duas. A censura da imprensa distinguia-se muito da censura de diversões públicas, conforme FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*: São Paulo, 2000, v.24, n°47, p.29-60.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p.49.

<sup>13</sup>A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social. Ela tem como objetivo suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais exigidos tanto pelo conjunto da sociedade política quanto pelo meio específico o qual ela está destinada em particular. DURKHEIM, op. cit., p.53.

os privatistas do ensino e os educadores que defendiam a escola pública, gratuita e laica<sup>14</sup>.

Em uma sociedade integrada em idioma, costumes e sentimentos, o autoritarismo se fez perceber de maneira mais contundente, pela interdição do aeroporto de Brasília e Santa Genoveva, em Goiânia.

As notícias eram muitas e grandes eram os boatos. A crise estabelecida nessa conjuntura não pôde ser transmitida nas emissoras de rádio. Dessa forma, foi tomada a decisão da transferência da Rádio Brasil Central para o Palácio das Esmeraldas, sede do governo goiano, em conjunto com o Serviço de Relações Públicas do Governo que apresentaram todo o movimento com exposições sucintas dos fatos mais importantes.

A notícia de que a brigada de paraquedistas atacaria Goiânia deixou o Governador Mauro Borges alarmado. Imediatamente foi reforçado o policiamento do Palácio das Esmeraldas e em toda a praça cívica. Canhões foram instalados e soldados montaram guarda.

O trânsito de automóveis foi proibido durante o dia nas imediações e durante à noite ficou proibido a movimentação de pessoas. A ação também adotou a instalação de um gerador caso houvesse uma interrupção de energia elétrica proveniente de ataque de forças inimigas.

Medidas de interceptação e neutralização integraram os esforços para combater provável estratégia de ataque por tropas militares. Da sorte que as tropas não foram interceptadas, o plano consistia na interrupção das rodovias e pontes de acesso entre Goiânia, Minas Gerais e Brasília, concentrando esforços em Cristalina, Itumbiara e principais estradas para a Capital.

A mobilização de forças fornecia potência necessária para o clima de tensão entre pretensões divergentes ao crepitar das chamadas de incerteza, frustrações e inclinações ideológicas engendradas com mote na resolução das graves dificuldades enfrentadas. A principal de natureza socioeconômica e não menos esquecidas estavam o sistema educacional e a assistência à saúde. Segundo Xavier:

Observa-se que a tendência à modernização já vinha sendo forjada desde meados dos anos 50 com a criação do Iseb (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). Esse órgão elaborava modelos teóricos que viabilizassem o desenvolvimento interno do país através de uma ideologia nacional-desenvolvimentista<sup>15</sup>.

<sup>14</sup>GÓES, Moacyr. *O Golpe na educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1987, p.13.

<sup>15</sup>XAVIER, Maria Elizabete. *História da educação – A escola no Brasil*. São Paulo: FTD, 1994. p.214.

No lastro da grande depressão econômica e esforço bélico da Segunda Guerra Mundial as fronteiras continentais foram rompidas estabelecendo os contornos para a formação de blocos bem definidos

#### 4. Um retrato estatístico

A tendência a urbanização pode ser observada nos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no período de 1940-1980. Estes dados apontam que em 1940 no estado de Goiás havia 142.110 habitantes na área urbana. Nesse mesmo ano o número estimado para a população rural registrou 648.304 habitantes.

Em 1950, foi observado um crescimento anual de quase seis por cento para a população urbana e três e meio por cento na população rural. Na década de sessenta foi verificado um crescimento anual de pouco mais de nove por cento e aproximadamente cinco por cento na população urbana e rural respectivamente. “A primeira metade dos anos 60 ficou conhecida no cenário educacional brasileiro como o período dos Movimentos de Educação popular”<sup>16</sup>.

Na década setenta em Goiás a população urbana contava com 1.239.108 habitantes ao lado de 1.701.659 habitantes compondo a população rural. Entre as décadas de sessenta e setenta em Goiás, a população urbana quase dobrou. Esse aumento significativo foi acompanhado de perto por formação de alianças, movimentos populares, unificação de diferentes segmentos das Forças Armadas e sucessão de chefes de governo. Nessa direção, Palacin observa que:

O crescimento da população urbana de Goiás, como aliás do Brasil todo, segue outro modelo, próprio dos países não ainda industrializados do século XX. É o que poderíamos chamar de êxodo rural ou fuga os campos. A explosão demográfica – devida em grande parte aos avanços da medicina profilática -, as facilidades de comunicação e a pressão do chamado ‘efeito demonstração’, causado pelos meios de comunicação social, atuam de forma conjunta sobre as populações rurais, que vivem em condições infra-humanas, impelindo-as a emigrar maciçamente para as cidades, em busca de melhores condições de vida. As cidades crescem, assim, desmesuradamente, antes de ter tempo de absorver adequadamente o excesso populacional<sup>17</sup>.

---

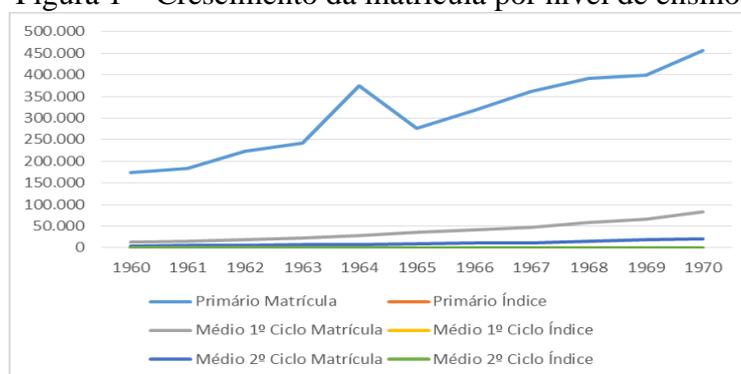
<sup>16</sup> Ibidem, p.216.

<sup>17</sup>PALACIN, Luiz. *História de Goiás*. 6ª Edição, Goiânia: Editora da UFG, 1994, p.116.

Em 1969 ocorreu a institucionalização do Mobral<sup>18</sup>, que iniciou suas atividades efetivamente no ano seguinte com a finalidade de erradicar o analfabetismo nas populações jovens e adultas. Nessa linha, no período áureo do Regime, o Estado fez uma ‘manobra pelo alto’: concebeu e começou a empreender uma reforma do Ensino Superior, em 1968, e, pouco depois, a reforma do Ensino Primário e Médio, em 1971.

O gráfico a seguir demonstra os dados referentes ao número de matrículas realizadas no ensino primário e médio em dez anos<sup>19</sup>:

Figura 1 – Crescimento da matrícula por nível de ensino



INEP, Mapa do Analfabetismo no Brasil, p.6.

A partir dos índices fornecidos pela figura 1, percebemos um crescimento vigoroso e acelerado da quantidade de alunos matriculados no ensino primário em 1963, com imenso crescimento em 1964, com uma queda brusca após 1965, chegando próximo ao nível inicial de crescimento em 1963. Daí em diante o crescimento retoma aproximando-se da média alcançada em 1964, no ano de 1968, com aumento contínuo até 1970.

O número de alunos matriculados no primeiro ciclo do ensino médio não foi representativo em uma década quando comparada à elevada curva de crescimento apresentada pelo número de matrículas realizadas no ensino primário, enquanto o número de matrículas

<sup>18</sup>Para buscar credibilidade para sua política ‘distributiva’, os governos autoritários organizaram o Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral, que, em um década, deveria reduzir a proporção de analfabetos para menos de 10%. Montou toda uma rede ensino supletivo usando o rádio – o Projeto Minerva – e a televisão, veículo que explorou até mesmo o gênero da novela com intuito educativo. [...] O ensino público e gratuito se expandia lentamente e, para complicar ainda mais as coisas, tinha sua qualidade deteriorada. As condições de vida da população pioravam a cada dia. Restava a solução das campanhas maciças de educação popular. Mas o Mobral não podia fazer isso, pois o objetivo do governo autoritário, anti-revolucionário e anti-reformista, era criar, pela via ‘doce’ da alfabetização, uma base política de novos eleitores (alfabetizados portanto) para a sustentação política do regime.

<sup>19</sup> Dados do INEP, Mapa do Analfabetismo no Brasil.

realizadas no segundo ciclo do ensino médio demonstrou um crescimento discreto a partir de 1963 com breve aumento entre 1969 e 1970. Nesses traços, Xavier observa que:

No campo educacional as alterações observadas para melhor, no período de 1960 a 1970, devem ser, portanto, relativizadas. No que se refere ao analfabetismo, por exemplo, o problema se agravou por dois motivos básicos: primeiro, porque o número de pessoas analfabetas (em números absolutos) aumentou e, segundo, porque não foram tomadas medidas efetivas em nível governamental para superação desse problema. As medidas tomadas forma reduzidas a campanhas fragmentárias e sem continuidade<sup>20</sup>.

O crescimento populacional se intensificou no estado de Goiás com incremento do fluxo migratório através da implantação de novas vias de comunicação e com metas inspiradas no Plano de Metas da Administração, desde a época do presidente Juscelino. Com vista à elevação do nível de vida da população e redução dos conflitos sociais, o plano teve como tônica o processo de aceleração do acúmulo de capital no setor agrícola e de uma política agrária melhor definida.

A conjuntura desse tempo exigia que a educação formal fosse compatibilizada às expectativas de modernização econômica e ao crescimento da demanda por recursos humanos que ocorria em função da implantação de projetos desenvolvimentistas. Cibele Souza observa:

Vista como área prioritária dentro da estratégia de desenvolvimento, a educação terá definidas as metas estratégicas quantitativas, ao lado de outros setores básicos – Saúde e Saneamento, Agricultura e Abastecimento, Desenvolvimento Científico e Tecnológico – de modo a se permitir um desenvolvimento integrado. Entre as estratégias destacam-se a expansão do ensino superior e de 2º grau e a redução do analfabetismo a uma taxa negativa igual a 50%<sup>21</sup>.

Em acordo com os índices encontrados no Boletim Estatístico<sup>22</sup> contava com uma população estimada em 2.045.000 habitantes, no censo de 1961, e 3.075.000 em 1970. Nesse tempo o corpo docente fora composto por um total de 1.855 professores distribuídos em 178, unidades escolares de ensino médio entre as conclusões de curso em 1961, ao fim do primeiro mês letivo de 1962.

---

<sup>20</sup>XAVIER, Maria Elizabete. Op. Cit., p.227.

<sup>21</sup>SOUZA, Cibele de. *Retrospectiva histórica de Goiás: da Colônia à atualidade*. Goiânia: Livraria Cultura Goiana, 1996, p.130.

<sup>22</sup>Boletim Estatístico, N.º77, Janeiro/Março de 1962.

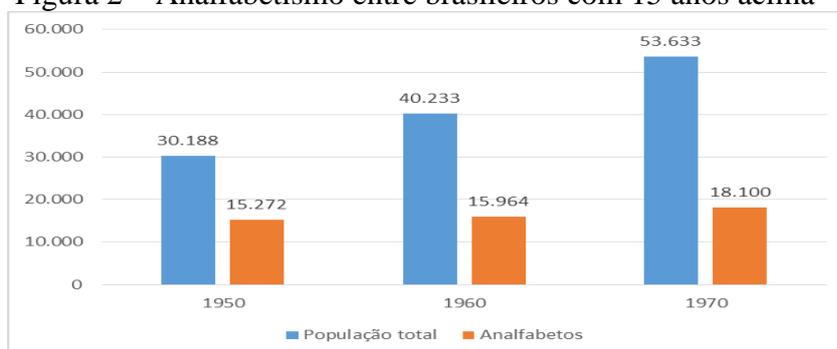
Nesse período a inflação alcançara níveis alarmantes. Os trabalhadores formavam o alicerce para um movimento sindical e uma onda de greves e violência de fundo político através do país o que contribuía ainda mais com sérias dificuldades.

Em março de 1964, as tensões políticas atingiram níveis sem precedentes com o presidente participando de uma série de comícios nos quais anunciava novos decretos. Estava latente a luta sobre quem chefiava o governo. Góes observa que:

A tomada do poder no Brasil não foi um simples golpe latino-americano, nem mais um pronunciamento, e sim uma articulação política de profundas raízes internas e externas, vinculada a interesses econômicos sólidos e com respaldos sociais expressivos<sup>23</sup>.

Com foco na modernização do Estado foram verificadas necessidades de reformas no atendimento das necessidades básicas da população dentre as quais estava a educação. À seguir, a figura 2, apresenta o quadro do analfabetismo<sup>24</sup> na população de quinze anos ou mais no Brasil:

Figura 2 – Analfabetismo entre brasileiros com 15 anos acima



Fonte: INEP - Mapa do analfabetismo no Brasil

Com avanço do sistema capitalista o planejamento dos seguimentos ligados à administração do Estado, bem como de setores empresariais assimilaram uma educação tecnicista e compensatória como alternativa para resolver o problema do atraso cultural.

A educação foi uma das grandes preocupações no quadro da política militar por ser entendida como meio de intervenção de caráter ideológico. Esta intervenção foi decisiva na

<sup>23</sup>GÓES, Moacyr. Op. Cit., p.32.

<sup>24</sup>Enquanto o conceito usado pelo IBGE nas suas estatísticas considera alfabetizada a 'pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece', cada vez mais, no mundo adota-se o conceito de analfabeto funcional, que incluiria todas as pessoas com menos de quatro séries de estudos concluídas. (INEP, Mapa do Analfabetismo no Brasil, p.6).

reestruturação do sistema escolar reafirmado pela necessidade de impor a ordem entre os estudantes, trabalhadores industriais e militares no início do governo de Castelo Branco, de modo que,

as diretrizes educacionais se encaminhavam para a crítica ao analfabetismo, à obrigatoriedade e gratuidade do ensino elementar, bem como à sua universalização. Essa retórica continuou ao longo dos governos Costa e Silva, Médice e Geisel, sendo que, com este último, deu-se grande ênfase ao treinamento profissional e aos cursos de pós-graduação. [...] A política educacional expressava-se naquele momento dentro do quadro de controle ideológico da educação escolar, através da associação entre educação e polo produtivo (com as pesquisas sendo direcionadas para as demandas da acumulação capitalista). Isso ocorreu no interior da tendência progressiva à privatização do ensino<sup>25</sup>.

A passagem entre uma estrutura social rural para uma concentradamente urbana em um processo consagrado na terceirização econômica, repleta de contrastes sociais incontestavelmente demonstrando subdesenvolvimento industrial alterou o teatro dos interesses oligárquicos quanto a instrução massiva. Assim, para Canezin:

através de uma comissão formada pelo Conselho Estadual de Educação e por funcionários da Secretaria Estadual de Educação, Goiás, seguindo as determinações da LDB, elaborou o projeto de reorganização do sistema estadual de ensino, que se transformou na Lei n.º 4.240, de 9/11/1962. Segundo ela, o ensino normal visaria à formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao ensino primário e ao desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relativos à educação da infância<sup>26</sup>.

Sob a égide do nacionalismo desenvolvimentista o país foi singrado de rápido crescimento econômico e inovações. Com intuito de promover o patriotismo o governo criou um dispositivo curricular. Em 1969 foi instituído obrigatoriedade do curso anual de Educação Moral e Cívica<sup>27</sup> para os estudantes de primeiro grau à pós-graduação. Nesta Matéria era cultuada a obediência a lei, dedicação ao trabalho e a integração da comunidade.

---

<sup>25</sup>XAVIER, Maria Elizabete. Op. cit., p.230.

<sup>26</sup>CANEZIN, Maria Teresa. Op. cit., p.125.

<sup>27</sup>Cf. AZEVEDO, Thales. *A religião civil brasileira*. Rio de Janeiro, 1981, capítulo XXI. Para uma visão mais completa dos objetivos nacionais inseridos no sistema educacional através da implementação e manutenção da doutrina da Educação Moral e Cívica. [...] A junta militar assume o poder por ocasião da moléstia e morte do presidente Costa e Silva e a edição do ato Institucional n.5 em 1969 baseia-se no AI n.12 para tornar compulsória em todos os níveis do ensino a Educação Moral e Cívica destinada a promover a solidariedade social não apenas como disciplina escolar mas determinadamente como pratica educativa que promova o preparo do cidadão para as atividades cívicas, com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva visando ao bem comum.

## 5. Oposições ideológicas e formas de governo

O Golpe de 1964 foi destaque em jornais, estações de rádio, TV e contou com apoio e cooperação dos Estados Unidos. O primeiro Ato Institucional buscou a reorganização dos instrumentos de política fiscal. Houve aumento no preço das importações, redução do déficit público através de uma rigorosa regulamentação tributária, medidas de arrecadação de impostos e política salarial:

Os principais programas postos em prática entre 64 e 70 foram os seguintes: PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo, 1964-1966); PED (Plano Estratégico de Desenvolvimento, 1968-1970) e PDDES (Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, 1967-1976). Esse conjunto de reformas que caracterizou o 'planejamento' no Brasil nesse período tinha como propósito produzir a modernização institucional e o aperfeiçoamento do Estado<sup>28</sup>.

A política brasileira sofreu uma grave rachadura na forma de governo com a implantação de uma política militar autoritária com vista a proteção da democracia. Estiveram presentes práticas de imposição da ordem pela coerção com submissão do poder Executivo estadual ao poder Executivo nacional.

Com a implantação do bipartidarismo houve a extinção de partidos políticos, mandatos foram cassados e foram suspensos os direitos políticos de membros do Legislativo federal, bem como diplomatas, líderes trabalhistas, oficiais militares, intelectuais e funcionários públicos.

Uma chama de perseguição e violência mútua alastrou-se pelo país. Notícias de torturas foram ouvidas em toda parte. Líderes considerados ameaça ao regime foram vítimas de suspeição. Muitos brasileiros foram brutalmente interrogados ou alvos de ataques por

---

Desta formação se espera, por fim, o culto da obediência à lei, da fidelidade ao trabalho, e da integração da comunidade, apoiando-se nas tradições nacionais esse ensino e pratica educativa obriga todos os titulares do magistério nacional, público ou privado, através de todas as atividades escolares inclusive quanto ao desenvolvimento de hábitos democráticos, movimentos de juventude, estudos de problemas brasileiros, atos cívicos, promoções extraclasse e ramos da escolarização. A filosofia que embasa esta doutrina é a defesa do princípio democrático através da preservação da ordem do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus. (p. 130).

<sup>28</sup>XAVIER, Maria Elizabete. Op. cit., p.226.

motivo político, vez que as acusações jamais foram publicadas e nenhum direito de defesa foi dado aos acusados.

Governadores e parlamentares manifestaram simpatia em favor do governo que se instalava com apoio da imprensa e ênfase na atuação dos civis. “Mas a destruição de Goulart foi primeiro e sobretudo uma operação militar. As forças civis contrárias ao seu governo não puderam impedir a sua guinada pra uma estratégia nacionalista radical.”<sup>29</sup>.

Com propósito de estimular a demanda e elevar a produção industrial houve congelamento dos salários, juntamente com a redução nos impostos sobre bens duráveis. O programa econômico e político no Brasil no começo de 1965, incluía medidas anti-inflacionárias e reformistas com a concessão pelo Banco Mundial de uma série de empréstimos que arrecadaram mais do que deram em três anos de amortização.

Durante a estabilização de 1964-1967<sup>30</sup>, os trabalhadores sofreram perdas reais nos salários ao custo de vinte e cinco por cento do poder de compra no salário mínimo. O crédito ao setor privado aumentou e a economia cresceu aproximadamente cinco por cento enquanto a inflação chegava a vinte e quatro por cento. Medidas legais abrangeram adaptação do sistema educacional ao panorama político.

No campo das leis foram tomadas iniciativas governamentais objetivando adaptar o sistema educacional às exigências do novo quadro político. No período de 1964-1971, tivemos a promulgação da Constituição de 1967, a realização das reformas universitárias (1968), e de primeiro e segundo graus (1971) e a institucionalização do Mobral (1967)<sup>31</sup>.

No campo econômico o governo não conseguiu atingir a meta de reduzir a inflação à dez por cento em 1966, mas foi trazida de aproximadamente cem por cento em março de 1964, para trinta e oito por cento em 1966. Foi instituído o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mantido compulsoriamente por contribuições do empregador e do empregado.

Neste ano foi apresentada ao congresso uma nova versão da carta constitucional aprovada em 24 de janeiro de 1967 no Senado. A nova constituição previa a eleição indireta

---

<sup>29</sup>SKIDMORE, Thomas. Op. cit., p.44.

<sup>30</sup>Em outubro de 1968 chegou ao Congresso a Mensagem 36, acompanhada do Projeto de lei 32, voltada para estabelecer ‘normas de organização e funcionamento do Ensino Superior e sua articulação com a escola média...’ Com o congresso totalmente engessado em sua ação, o texto era aprovado em 28 de novembro de 1968, sob a forma da Lei 5.540/68. Por ela, extinguiu-se a cátedra, a estrutura de universidade passava a ser prioritária como forma de organização do ensino superior, o ensino, a pesquisa e a extensão assumiram a natureza privada, via instituições isoladas, e o instituto da autonomia não conseguia se afirmar, enalhado pelas injunções de natureza financeira.

<sup>31</sup>CANEZIN, Maria Teresa. Op. cit., p.130.

do presidente e aumento do controle pelo governo federal dos gastos públicos. Para manter a ordem desejada pelo governo, foi necessário o uso de força que impregnou a prática política nacional com verdadeira guerra psicológica. Em 1966, eclodiu um grande número de manifestações e marchas de protesto lideradas por estudantes universitários.

A União Nacional dos Estudantes já havia sido posta na ilegalidade com sedes e filiais fechadas e reuniões dissolvidas pela polícia. Os líderes do movimento estudantil enfrentaram grandes dificuldades e devido à enérgica pressão policial passaram a operar na clandestinidade. As associações estudantis foram proibidas de qualquer engajamento político, deixando-os incapacitados de qualquer mobilização em âmbito nacional. Nesta conjuntura está o relato de Eudes Pacheco:

Em junho de 1965, eu era estudante secundarista e participava da greve estudantil, que talvez tenha sido a primeira grande manifestação estudantil contra a ditadura militar, aqui em Goiânia. [...] Nesse período, o Serviço Nacional de Informações e o Dops, [...] iniciaram as ações de repressão e prisão. A partir daí, as coisas só foram piorando como atestaram as prisões de estudantes e trabalhadores. Fiquei detido no quartel da Polícia Militar, na cidade de Goiás. Dias depois jogaram eu e meu companheiro [...] e eu num camburão. Fomos levados para a sede do Dops em Goiânia. Numa cela fétida estavam vários estudantes [...] Eles já traziam marcas no corpo, alguns choravam de dor<sup>32</sup>.

O começo de 1967 foi marcado por tensão, quando o marechal Costa e Silva assumiu o cargo de presidente. Uma série de novas leis, decretos e atos institucionais reduziram brutalmente a participação do povo através de representantes eleitos. Uma verdadeira onda de restrições às atividades políticas em uma conjuntura singrada por diversidade de posicionamentos e demonstrando via explícito litígio a força que tem uma ideia.

Propostas de reforma universitária, manifestações e greves massivas de trabalhadores industriais que levaram ao cabo uma série de prisões e sessões de tortura que compunham o clima de tensão no Brasil. Em 1968, a Igreja foi pega na onda que radicalizava os estudantes universitários e os trabalhadores das indústrias, de modo que:

A Igreja não tinha alternativa, senão combater a Doutrina de Segurança Nacional do governo, com sua tentativa de controlar todas as instituições sociais, inclusive a própria Igreja. Em junho de 1968 a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil divulgou um documento de trabalho denunciando aquela doutrina como 'facista'. O objetivo de tornar mais difícil qualquer

---

<sup>32</sup>SALLES, Pinheiro. *A ditadura militar em Goiás*. Goiânia: Poligráfica Off-set e Digital, 2008, p.87.

vitória da oposição levou o governo a editar o Ato número dois e três, abrindo o caminho para a criação de um sistema bipartidário e extremamente polarizado. “O documento dava ao governo poderes para abolir os partidos existente e transformar em indiretas as futuras eleições para presidente, vice-presidente e governadores”<sup>33</sup>.

Nas grandes cidades do mundo corria uma onda de protestos. Na França, os estudantes se aliaram aos trabalhadores exigindo concessões do governo, nos Estados Unidos os protestos ameaçavam o apoio da população à guerra do Vietnã. Estes fatos sobressaltaram os linhas-duras brasileiros, temendo inflacionar os protestos no Brasil. Assome-se a inspiração na Revolução cubana, inspiradora do Golpe por representar o temor dos conservadores e a grande esperança dos esquerdistas.

Em meio a constantes desvalorizações da moeda e crescente desequilíbrio entre o cruzeiro e o dólar, a inflação brasileira estava estabilizada na faixa de dez à vinte por cento com a presença de uma política monetária especulativa entre 1967 e 1968.

Nesse palco dos problemas administrativos, havia as divergências entre os militares da linha dura e colegas moderados no tocante ao uso da repressão. A ofensiva governamental se estendeu ao judiciário via aposentadoria forçada de ministros do Supremo Tribunal Federal e redução do número de magistrados. Homogeneizar era uma necessidade.

A mídia passou a ser supervisionada por tribunais militares e mediante decreto qualquer crítica aos atos institucionais, autoridades governamentais e às forças armadas passaram a ser ilegais. Outra medida envolveu a suspensão indefinitivamente do *habeas-corpus*. Quanto ao Pano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, verifica Souza:

A definição formal dos objetivos e metas da educação brasileira foi consubstanciada no Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico-Social, sob o título ‘Educação e mão-de-obra. Já o próprio título do documento denota a opção pela ótica econômica que impregna toda a filosofia do Plano, assim expressa na sua definição de objetivos: ‘A educação brasileira deverá permitir, no período de 1967-1976, a consolidação de estrutura de capital humano no país, de modo a acelerar o processo de desenvolvimento econômico. O objetivo por excelência é, pois, a formação de recursos humanos, seja no nível médio pela formação da mão-de-obra especializada, seja no nível superior pelo preparo dos quadros científicos e tecnológicos necessários ao desenvolvimento’<sup>34</sup>.

---

<sup>33</sup>SKIDMORE, Thomas. Op. cit., p.160.

<sup>34</sup> SOUZA, Cibele de. Op. cit., p.119.

No bojo deste mesmo ano foi suspensa a realização de todas as eleições até o nível municipal e finalizado o esboço de uma constituição que munia legalmente a arbitrariedade autoritária dos militares da linha dura.

Mergulhado em profundo autoritarismo, as manifestações dos trabalhadores e do público contribuíram para encorajar as guerrilhas que apelaram para a luta armada na cidade. Os ataques foram dirigidos a bancos e alvos ligados ao governo, com assaltos, sequestros e assassinatos.

As condições de crescimento da agricultura eram favoráveis como resultado de incentivos, taxas de juros favoráveis, aumento de investimentos e anúncio de fortes empréstimos para projetos de desenvolvimento pelo Banco Mundial. A economia acelerara e o crescimento econômico tornara o Brasil atrativo para investimentos estrangeiros privados.

O objetivo de tornar mais difícil qualquer vitória da oposição levou o governo a editar o Ato número dois e três, abrindo o caminho para a criação de um sistema bipartidário e extremamente polarizado. “O documento dava ao governo poderes para abolir os partidos existente e transformar em indiretas as futuras eleições para presidente, vice-presidente e governadores”<sup>35</sup>.

Costa e Silva fora acometido por problemas de saúde. Os ministros militares rejeitaram a Constituição e via Ato Institucional substituíram temporariamente o presidente. Seguidamente o Alto Comando das Forças Armadas emitiram ordem de preferência dispendo sobre eleição de Médice. Dessa maneira, Carlos Fico esclarece:

O Ato Institucional nº5 foi o amadurecimento de um processo que se iniciara muito antes, e não uma decorrência dos episódios de 1968, diferentemente da tese que sustenta a metáfora do ‘golpe dentro do golpe’, segundo o qual o AI-5 iniciou uma fase completamente distinta da anterior. Trata-se de reafirmar a importância, como projeto, do que se pode chamar de ‘utopia autoritária’, isto é, a crença de que seria possível eliminar quaisquer formas de dissenso (comunismo, ‘subversão’, ‘corrupção’) tendo em vista a inserção do Brasil no campo da ‘democracia ocidental e cristã’<sup>36</sup>.

Com a missão de fortalecer a economia e desenvolver o nordeste, Médici deu vista a região após terrível seca que assolara a região. Em 1971, obteve forte apoio do governo Nixon devido às ações anticomunistas e ao êxito econômico mesmo com inquietações que pairavam sobre o aprofundamento no autoritarismo.

---

<sup>35</sup>SKIDMORE, Thomas. Op. cit., 1988, p.99.

<sup>36</sup> FICO, Carlos. Op. cit., p. 34.

Uma aliança entre militares radicais e tecnocratas permitiu uma nova continuidade e coerência na formulação das políticas econômicas. Foi montada uma ação ofensiva de Relações Públicas sem precedente no país com a criação da Assessoria Especial de Relações Públicas fundada em 1968. Composta por uma equipe de jornalistas, psicólogos e sociólogos com objetivo manter um centro único de propaganda do governo onde eram decididos temas e enfoques gerais para posterior contratação de agências e produção de documentários e matérias que exaltava a importância do trabalho, o valor da educação e o papel construtivo das forças armadas, o rápido crescimento econômico e unidade nacional.

Gal. Garrastazu Médici assumiu a presidência com poderes para reprimir a indisciplina militar e promessas aos brasileiros de um retorno ao império das leis no caso de cooperação. Atos Institucionais subsequentes juntamente com a Lei de Segurança Nacional permitiram o banimento de brasileiros considerados perigosos à segurança nacional, pena de morte em tempos de paz, restrição as liberdades civis e direitos de organização política.

Para o desgosto da oposição inúmeros cartazes com *slogans* angariaram a simpatia do público durante o tricampeonato de futebol mundial. A arrecadação de tributos, o crescimento econômico e os violentos choques continuaram nesse período. Nos anos que se seguiram houve aumento e diversificação das exportações e aumento no comércio exterior.

Em meados de 1973, havia intensas discussões sobre o aumento gradual e constante da participação no sistema político, a partir de documento apresentado em Brasília que tinha como meta a restauração da independência do judiciário, liberdade de expressão e imprensa, liberdade de organização política e procedimentos bem definidos para o uso da coerção. Nesse tempo ocorreram veementes críticas e denúncias quanto a atuação das centrais de repressão por detenção ilegal, maus tratos e tortura.

O governo acompanhou o cronograma da sucessão por eleições parlamentares em 1974, sendo os primeiros meses do governo Geisel marcados por manobras em torno de possível redemocratização. Em 1974 contestações sobre a legitimidade do governo revolucionário ganhou a adesão da Ordem dos Advogados do Brasil.

Na lavra da conjuntura goiana, foram observados aumento na taxa de natalidade e conseqüente crescimento da população na década de sessenta, alcançando aproximadamente dois milhões de habitantes. Nos anos setenta este fator beirava os três milhões de habitantes, seis vezes maior que o registrado na década de cinquenta.

## Considerações Finais

Provavelmente, a questão da crise no sistema partidário e na estrutura constitucional, aliada à sucessivas medidas de endurecimento adotadas na forma de governo desde 1965, contribuiu para o incremento do campo escolar demonstrada nos quadros anteriores. De modo muito amplo, pode-se dizer que existem variáveis determinantes que permanecem ainda hoje às sombras. Muitas delas, como, por exemplo, situações degradantes e trabalhos análogos à escravidão<sup>37</sup>, bem como um ensino marcadamente orientado por interesses de grupos sociais específicos e com conteúdos estrangeirados. Portanto, segundo uma dimensão simbólica do nível educacional acha-se presente a dimensão social.

Finalmente, sobre o conteúdo petrificado nas leis e nos dados estatísticos deve-se levar em conta o momento histórico-social para o qual os dias seguintes se projetam. Bem como, considerar a presença de todas as manifestações individuais e coletivas impressas por valores e desvalores, aliados pelas formas de poder e técnicas massivas de distribuição de idéias. No dizer de Michel Foucault:

O príncipe ‘maquiavélico’ é, por definição, único em seu principado e está em posição de exterioridade, transcendência, enquanto que nesta literatura o governante, as pessoas que governam, a prática de governo são, por um lado, práticas múltiplas, na medida em que muita gente pode governar: o pai de família, o superior do convento, o pedagogo e o professor em relação à criança e ao discípulo. Existem portanto muitos governos, em relação aos quais o do príncipe governando seu Estado é apenas uma modalidade. Por outro lado, todos estes governos estão dentro do Estado ou da sociedade. Portanto, pluralidade de formas de governo e imanência das práticas de governo com relação ao Estado [...] (p.280).

Nesta perspectiva, com a educação posta dentro de uma rede de sociabilidades, este artigo abordou algumas das formas múltiplas de construção da governamentalidade. Como se sabe, a educação formal é sobredeterminada. Fatores externos, a exemplo dos culturais, sociais, políticos e econômicos, enfocados no quadro histórico aqui desenhado, são fundamentais para compreendermos a história da educação nacional e de Goiás.

Duas inovações no período abordado se destacam, representando a diretriz conferida pelos governos autoritários. Uma é a introdução da disciplina Educação Moral e Cívica, em

---

<sup>37</sup>AGUIAR, Alessandro de Assis Pinto, sobre o fenômeno da escravidão rural e urbana denunciado desde 1970, em âmbito nacional e internacional. Cf. (<http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia>).

1969, redirecionando a noção de cidadania, e até de nacionalidade, para um outro viés. A ideologia do nacional-desenvolvimentismo, que guiava a política educacional desde a Era Vargas, foi substituída por uma visão mais tecnocrata e liberal. Isso afinava o diapasão numa tonalidade integrada com os ventos advindos do norte da América. Outrossim, isso está indicado pelos acordos estabelecidos entre o MEC e o USAID (United States Agency for International Development).

A educação se expandiu a passos largos pelo interior brasileiro e através de todas as camadas sociais. Os dados da realidade goiana demonstraram isso. A rápida expansão não foi gerada somente pelo MOBRAL, mas a criação deste “movimento” é a segunda inovação representativa do período. Tratava-se de preparar, de maneira rápida, a força de trabalho disponível para o crescimento econômico do país. O “milagre econômico” do início da década de setenta, em grande parcela, dependia deste avanço.

O estudo aqui apresentado, fruto de uma pesquisa ainda em curso, aponta como o campo educacional foi dinamizado pelo golpe civil-militar de 1964, de maneira que a reformulação da sociabilidade passava, necessariamente, pelos bancos escolares.